

## ANTT e Ministério dos Transportes destacam benefícios da atuação do TCU

O TCU participou de debate sobre o programa de concessões de rodovias, em audiência pública na Câmara dos Deputados. O secretário de Fiscalização de Desestatização, Adalberto Santos de Vasconcelos, apresentou aos deputados as medidas adotadas pelo Tribunal que proporcionaram melhoria no modelo de concessão de rodovias federais e redução de tarifas de pedágio. Durante o encontro na Comissão de Viação e Transporte, o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Bernardo Figueiredo, destacou os benefícios da atuação em parceria com o Tribunal. “O novo modelo foi amplamente discutido com o TCU. A qualidade do primeiro processo era outra. Os estudos sofreram aperfeiçoamento inequívoco e profundo pela atuação do TCU”. Atualmente na terceira etapa, o programa de concessões de rodovias federais prevê, nessa fase, investimento de mais de R\$ 8 bilhões nas BR 040/DF-MG, 381/MG e 116/MG, segundo dados do Ministério dos Transportes. Estudos do TCU introduziram também a possibilidade de revisão quinzenal do contrato, segundo a remuneração da concessionária, destacada por Figueiredo.

Outras duas modificações propostas são adequação do serviço às necessidades dos usuários, com os riscos dessa adequação assumidos pela concessionária,

e possibilidade de inclusão de investimentos não previstos, considerando o impacto na tarifa.

Apesar de estar na terceira etapa de concessões, os contratos anteriores estão sendo revistos em razão do aperfeiçoamento feito. Segundo o secretário nacional de Política de Transportes, Marcelo Perrupato, “os ajustes vêm dos dois lados: dos questionamentos do TCU e de informações que vamos captando em audiências”.

O objetivo do Tribunal é contribuir para a qualidade do serviço ofertado e para que o custo transferido ao usuário, por meio do pedágio, não seja excessivo. Um exemplo, segundo o secretário da Sefid, é a determinação do TCU para que o tráfego adicional no trecho da Dutra em Jacareí, no Rio de Janeiro, fosse repassado ao usuário em redução de tarifa.

A taxa interna de retorno (TIR), que indica o retorno financeiro esperado para as concessionárias, está em 8%. O diretor-presidente da concessionária Nova Dutra, Maurício Negrão, aponta que 70% da receita da empresa vêm do pagamento de pedágio por caminhões, que representam menos de 10% do tráfego.

## TCU contribui para transparência de arrecadações e repasses tributários

O secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União, Maurício Wanderley, participou de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir o processo de arrecadação e fiscalização de tributos por parte da União. O deputado Júlio César (DEM-PI), integrante da Comissão de Finanças e Tributação, solicitou o debate para pedir maior transparência e fiscalização

nas informações que são divulgadas em relação às quantias arrecadadas pela União e repassadas para os Estados e municípios. De acordo com ele, alguns dados sobre arrecadações e repasses divulgados pela Receita Federal não são equivalentes às aquelas divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e pela Receita Federal do Brasil (RFB), o que acaba por “gerar desconfiças”.

Wanderley disse que o TCU também entende que há algumas deficiências nesse sistema e sugere procedimentos para melhoria do controle dessas entidades. Segundo ele, uma das oportunidades de melhoria seria a classificação e contabilização tempestiva da arrecadação dos parcelamentos tributários. Sugeriu melhoria nos sistemas que envolvem tecnologia da informação, para que exista intercâmbio entre as bases de dados da RFB, STN e do TCU. Propôs, ainda, o compartilhamento do sigilo fiscal em processos de auditorias e inspeções do TCU referentes à arrecadação tributária e à divulgação de notas explicativas nos relatórios da Secretaria

do Tesouro Nacional sempre que houver grandes variações nos cálculos de transferências.

Marcos Vinícius Ferreira, diretor-presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) acredita que as sugestões do TCU são “completamente bem-vindas”, já que o Serpro também defende a necessidade de transparência. “Assim daremos transparência para os órgãos reguladores e permitiremos a cidadania”, acrescentou. De acordo com o deputado Júlio César, o assunto debatido na Câmara demanda discussões futuras.



## TCU e TSE assinam acordo de cooperação

Os presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, assinaram acordo de cooperação técnica para fiscalizar as contas de campanhas políticas.

O ministro Carlos Ayres ressaltou que o foco da cooperação é o rastreamento dos recursos doados a partidos políticos, comitês e candidatos. Segundo ele, o objetivo da ação não é dificultar as doações, e sim, buscar a transparência no jogo eleitoral. Brito explicou que o apoio do TCU vai permitir um controle da veracidade de recibos e notas fiscais apresentados.

O presidente Ubiratan Aguiar lembrou o acordo firmado entre vários órgãos públicos para formar uma rede de controle da gestão pública e que a cooperação com o TSE é mais uma ação da rede. “Estamos materializando intenções e somando esforços, experiências e inteligência em prol de

um Estado brasileiro mais organizado e efetivo”, destacou.

O acordo vai permitir o intercâmbio de informações para aperfeiçoar a análise do conteúdo e da autenticidade de documentos relativos a doações de recursos a partidos políticos, a comitês financeiros e aos candidatos a cargos político-eletivos, bem como de recursos arrecadados e de gastos efetuados.

Permitirá, também, a formação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica dos servidores, com a implementação de ações, projetos e atividades complementares de interesses comuns. Prevê, ainda, a realização de trabalhos conjuntos de auditoria ou outras formas de investigação de matérias de interesse e a atuação conjunta no levantamento e tratamento de informações em apoio à Rede de Controle da Gestão Pública, criada a partir do protocolo de intenções assinado em março deste ano pelo TCU e por outros órgãos e entidades de controle.